



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) IN 5/2017

### PROCESSO Nº 48051.002373/2020-06

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação dos serviços de natureza contínua de **vigilância patrimonial armada**, com vistas a atender as necessidades da Agência Nacional de Mineração - SEDE, e levantar os elementos essenciais para compor o **TERMO DE REFERÊNCIA**.

### DIRETRIZES GERAIS

#### 1. **NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- 1.1. Lei nº 4.320/1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- 1.2. Lei nº 9.632/1998, cargos extintos na administração pública;
- 1.3. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- 1.4. Lei nº 11.046, de 2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPM;
- 1.5. Lei nº 10.520/2002, a qual institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- 1.6. Lei nº 10.522/2002, a qual dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências;
- 1.7. Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- 1.8. Lei nº 12.527/2011 - Classificação de Documentos;
- 1.9. Decreto nº 200/67 - Organização da Administração Pública;
- 1.10. Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, D.O.U., de 24 de setembro de 2018, Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.;
- 1.11. Decreto nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços;

- 1.12. Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 1.13. Instrução Normativa nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.;
- 1.14. Instrução Normativa SEGES/MP nº 9, de 21 de novem
- 1.15. Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 1.16. Instrução Normativa nº 05/2014, regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;
- 1.17. Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, Anexo VI-A (serviço de vigilância);
- 1.18. Portaria nº 441/2018 de 27 de dezembro de 2018, DOU de 28 de dezembro de 2018, Do Ministério da Economia (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);
- 1.19. Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário - Formulação de propostas no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua. Análise dos diversos aspectos abordados pelo grupo. Formulação de recomendações à SLTI/MP e à AGU.
- 1.20. Lei nº 7.102, de 20/06/1983 - Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.
- 1.21. Lei nº 10.826, de 22/12/2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.
- 1.22. Decreto nº 89.056, de 24/11/1983 - Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983.
- 1.23. Decreto nº 5.123, de 01/06/2004 - Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
- 1.24. Resolução CNSP Nº 05/83, do Conselho Nacional de Seguros Privados.
- 1.25. Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012 - Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.
- 1.26. Manual do Vigilante da ABCFAV, homologado pela Polícia Federal, 2ª edição, disponível no site da [Polícia Federal](#).
- 1.27. Caderno Técnico com estudo sobre a composição dos custos dos serviços de vigilância, disponível em [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 1.28. Portaria SEGES/MP nº 213, de 2017, que dispões sobre os valores limites para contratação dos serviços de vigilância com valores atualizados em 28/08/2019.
- 1.29. **Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, registrada no MTE sob o nº DF000040/2020, Categorias dos Profissionais dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância, com abrangência territorial em DF .**

1.30. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, código 5173-30, Vigilante.**

## **2. INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NAS FASES DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA GESTÃO DO CONTRATO VERIFICADAS NA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO**

2.1. Sem registros

## **3. CLASSIFICAÇÃO DESTE DOCUMENTO QUANTO AOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**

3.1. Este documento se classifica nos termos do Art. 4º da Lei nº 12.527, de 2011, como informação, documento e disponibilidade consoante os incisos abaixo transcritos:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

(...)

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

### **DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

## **4. JUSTIFICATIVA DA ÁREA REQUISITANTE PARA A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A Agência Nacional de Mineração - ANM, criada em 26 de dezembro de 2017, pela Lei nº 13.575, órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro, tem como atribuição a regulação e fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais do País. Para a realização de suas atividades utiliza como SEDE:

4.1.1. Salas nos 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º andares, Loja nº 02 e suas respectivas vagas de garagem identificadas, no Edifício CNC 3, situado no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Bloco "N", em Brasília/DF.

4.1.2. Utiliza também o prédio sito a SAN Quadra 1, Bloco B, onde ficam o almoxarifado, biblioteca, arquivo, engenharia, transportes e caixa cofre.

4.2. A utilização dos prédios pressupõe a existência de materiais de consumo, materiais permanentes, processos, documentos e pessoas que devem ser salvaguardados de ações que gerem dano à administração e às pessoas, sendo necessário:

4.2.1. Dotar as SEDES da ANM das condições necessárias à perfeita execução de suas atribuições regimentais;

4.2.2. Garantir o controle sistemático dos acessos a fim de resguardar equipamentos e documentos;

4.2.3. Prevenir ações criminosas, sinistros e manter a ordem interna;

4.2.4. Assegurar a integridade física dos servidores, funcionários terceirizados e dos cidadãos usuários que buscam os serviços públicos por ela prestados;

4.2.5. Garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua e eficiente;

4.2.6. Conciliar os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração;

## **5. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E/OU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO**

5.1. Há alinhamento da contratação com o Plano de Desenvolvimento Institucional e/ou Planejamento Estratégico da ANM, bem como a despesa foi inserida no PGC, conforme documento SEI nº 1388698 .

5.2. Os cargos para executar as atividades pretendidas nesta contratação foram extintos do serviço público federal pela Lei 9.632, de 1998.

*Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento. (Art. 2º, Lei nº 9.632, de 1998)*

5.3. A Lei 11.046, de 2004, que dispõe sobre a criação de Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPM, não prevê a execução de atividades correlatas às decorrentes desta contratação.

*Art. 4º*

*...*

*Parágrafo único. Serão extintos os cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do DNPM referidos no art. 3º desta Lei que estiverem vagos na data da publicação desta Lei ou vierem a vagar. (Art. 4º, Lei nº 11.046, de 2004)*

5.4. A ANM-SEDE não dispõe em seu quadro de pessoal de servidores para realizar o tipo de serviço objeto desta contratação.

5.5. A Portaria MPDG nº 443, de 2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507, de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

*Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (Grifou-se)*

*[...]*

*XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;*

5.6. Desta forma, considerando a Lei 11.046/2004 e o Decreto nº 9.507/2018, verifica-se que a execução dos serviços pretendidos podem ser transferidos para iniciativa privada.

5.7. Os recursos orçamentários necessários às ações de vigilância armada da Autarquia estão previstos na Lei Orçamentária Anual e disponibilizados à ANM através de Programas de Trabalho específicos para tal finalidade.

## **6. POLÍTICA PÚBLICA A QUE ESTÁ VINCULADA OU A SER INSTITUÍDA PELA CONTRATAÇÃO**

6.1. Reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas-fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE**

7.1. Empresa especializada em prestar serviços de vigilância armada e segurança patrimonial em Brasília/DF, com autorização concedida pelo Ministério da Justiça (MJ), por intermédio do Departamento de Polícia Federal (DPF), conforme estabelece a legislação vigente, acompanhada da respectiva Revisão Anual da Autorização de Funcionamento em plena validade.

7.2. Empresa que comprove a comunicação de funcionamento à Secretaria de Segurança Pública da respectiva Unidade da Federação.

7.3. Empresa que possua em seu quadro de pessoal profissionais qualificados, com formação em escola especializada, comprovada através do Certificado de Curso de Formação

de Vigilantes, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação e pelo Departamento de Polícia Federal, com o curso de reciclagem em dias, aos quais incumbirá executar os trabalhos em conformidade com as normas de regência de sua atividade, destacadas no quadro abaixo:

<b>CATEGORIA PROFISSIONAL</b>	<b>CATSER</b>	<b>CBO</b>	<b>CONVENÇÃO COLETIVA</b>	<b>PISO SALARIAL</b>
Vigilante	23647, 23957 e 23507	5173-30	Distrito Federal - DF	<b>R\$ 2.192,65</b>
<b>Descrição sumária das atribuições</b>	Vigiar dependências e áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.			
<b>Formação e experiência</b>	Ensino médio completo com formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo, e com treinamento obrigatório de reciclagem em dia.			
<b>Condições gerais de exercício</b>	Assalariado, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança. Trabalho individual, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos e escala, sujeitos a risco de morte e trabalho sob pressão constante.			
	<b>ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO</b> -Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas -Rondar as dependências do local de trabalho -Ligar e desligar sistemas de iluminação e equipamentos -Ligar cabine de força -Verificar o uso do EPI's -Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos -Desligar sistemas de iluminação e equipamentos -Apartar brigas -Providenciar socorros médicos -Prestar primeiros socorros -Solicitar reparos -Trocar lâmpadas -Fotografar ocorrências -Prevenir e combater incêndios -Credenciar empresas, veículos e pessoas <b>FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO</b> -Vistoriar bagagens -Revistar pessoas -Revistar veículos -Revistar mercadorias, cargas e bagagens -Revistar recintos -Realizar varreduras			

<b>Atividades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos</li> <li>-Inspeccionar a integridade das cargas</li> </ul> <p><b>RECEPCIONAR PESSOAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Recepcionar e identificar pessoas</li> <li>-Abordar condutor e passageiros</li> <li>-Consultar a pessoa a ser visitada</li> <li>-Analisar o comportamento de pessoas</li> <li>-Abordar pessoas</li> <li>-Encaminhar pessoas</li> <li>-Acompanhar o visitante</li> <li>-Controlar a movimentação interna das pessoas</li> <li>-Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas</li> <li>-Requisitar transporte</li> <li>-Impedir a entrada de pessoas</li> <li>-Controlar o acesso de veículos</li> </ul> <p><b>CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Verificar a documentação da carga/encomenda</li> <li>-Conferir a mercadoria e carga</li> <li>-Apreender objetos ilícitos e irregulares</li> <li>-Acompanhar a entrega da carga/encomenda dentro do local de trabalho</li> <li>-Identificar objetos achados e perdidos para devolução</li> <li>-Verificar documentação do condutor da carga</li> <li>-Solicitar remoção de cargas em locais inadequados</li> </ul> <p><b>COMUNICAR-SE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Relatar ocorrências</li> <li>-Interagir com órgão oficiais</li> <li>-Prestar informações ao público</li> <li>-Solicitar a presença de autoridade competente</li> <li>-Comunicar ocorrências de cargas irregulares</li> <li>-Informar visitantes sobre normas de segurança</li> <li>-Comunicar-se através de gestos e sinais</li> <li>-Preencher relatórios de ocorrências</li> <li>-Outras atividades compatíveis desempenhadas pela categoria</li> </ul>
<b>Competências Pessoais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Demonstrar atenção</li> <li>-Trabalhar em equipe</li> <li>-Demonstrar autocontrole</li> <li>-Demonstrar pró-atividade</li> <li>-Demonstrar iniciativa</li> <li>-Demonstrar capacidade de contornar situações adversas</li> <li>-Outras, compatíveis com as atividades da categoria</li> </ul>
<b>Requisitos da Lei 7.102/1983</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ser brasileiro, nato ou naturalizado</li> <li>-Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos</li> <li>-Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei 7.102/1983 e do Anexo I da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF</li> <li>-Não ter antecedentes criminais registrados</li> <li>-Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental</li> </ul>

7.4. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16 da Lei 7.102/1983, no art. 16 do Decreto 89.056/1983.

7.5. Comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da contratação em período não inferior a 3 (três) anos.

7.6. Comprovar que possui infraestrutura de técnica e operacional para executar o objeto do

futuro contrato.

7.7. Comprovar que dispõe em seu quadro de pessoal técnico devidamente treinados, habilitados e disponíveis para realização dos serviços.

7.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, e que todo o serviço e material empregado, seja quanto à forma de execução e as especificações dos itens seguirá as orientações e definições regulamentares.

## **8. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO E JUSTIFICATIVA PARA O CASO DE SER CONTINUADO OU NÃO**

8.1. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e indireta, através de empresa habilitada, em conformidade com as normas que regulam o setor.

8.2. O caráter contínuo do serviço é determinado por sua essencialidade para o bom desenvolvimento das atividades da Agência Nacional de Mineração, de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento de sua missão institucional, aumentando os riscos de que os índices de satisfação dos cidadãos usuários sejam diminuídos, com consequentes prejuízos para a sociedade.

## **9. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE QUE DEVEM SER VEICULADOS C ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO**

9.1. Não há

## **10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE QUE DEVEM SER VEICULADOS C OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

10.1. adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

10.2. reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência.

10.3. proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa.

10.4. disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

10.5. comprovação da formação técnica específica dos vigilantes.

10.6. observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

10.7. treinar, capacitar e orientar periodicamente seus empregados no atendimento as Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como de Prevenção e Combate a Incêndios, em práticas de redução do consumo de água, energia e da geração de resíduos, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

10.8. fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

10.9. promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos seus empregados.

10.10. administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

10.11. conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos

aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

10.12. utilizar equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

10.13. observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

10.14. utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

10.15. utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel.

10.16. eliminar o uso de copos descartáveis quando da prestação dos serviços nas dependências do órgão.

10.17. destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

10.18. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

10.18.1. racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

10.18.2. evitar o desperdício da água potável; e

10.18.3. treinar/capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

10.19. Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, aplicáveis a prestação dos serviços.

## **11. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO, CASO SERVIÇO CONTINUADO, E RESPECTIVA JUSTIFICATIVA CASO SUPERIOR A 12 MESES**

Duração de 12(doze) meses, prorrogáveis anualmente, por até 60(sessenta) meses em atendimento aos artigos 57,II e 57§ 4º, se for o caso.

## **12. NECESSIDADE DA CONTRATADA PROMOVER A TRANSIÇÃO CONTRATUAL COM A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS**

12.1. Nos casos de troca de mão de obra o funcionário substituto deve receber treinamento do substituído antes de ser dispensado do posto de trabalho.

12.2. Quando do encerramento do contrato a contratada deverá repassar a nova empresa os conhecimentos e técnicas utilizados no posto, fazendo a transição dos serviços de forma a não haver solução de continuidade.

## **13. LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO**

13.1. A vigilância patrimonial objeto do presente estudo é aquela atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local ou nos eventos sociais.

13.2. Nos termos da Portaria DG/DPF nº 3.233, de 2012, a atividade de vigilância patrimonial

somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados.

13.3. As atividades desenvolvidas com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial dos estabelecimentos públicos, são executadas por profissional qualificado, nos termos da Lei nº 7.102, de 1983, ou seja, Vigilante.

13.4. Nos serviços de vigilância patrimonial executado por vigilante profissional a unidade de medida adotada consiste em postos de serviço com escalas de trabalho específicas.

13.5. O Anexo VI-A da IN SEGES nº 05, de 2017, item "2." estabeleceu as escalas de trabalho que devem ser preferencialmente adotadas.

a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

ou

e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

13.6. O serviço de vigilância patrimonial executado por profissional pode ser combinado com o de vigilância eletrônica através de circuito fechado de TV (CFTV), alarmes, sensores de presença, cerca elétrica, concertina e outros mecanismos, com monitoramento local e remoto, através de central de vídeo alarme, utilizando a internet.

#### **14. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

14.1. A Portaria DG/DNPM nº 167, de 2000, no que tange a jornada de trabalho da Autarquia, assim estabelece:

Art. 1º O horário de funcionamento desta Autarquia será de 07h às 22h, tendo como horário de atendimento ao público em geral de 08h às 18h.

(...)

Art. 3º Os servidores que cumprem carga horária de quarenta horas semanais terão jornada de trabalho flexibilizada, respeitados o período de funcionamento desta Autarquia e o horário núcleo.

14.2. De forma a adequar o horário de funcionamento do órgão e de trabalho dos servidores, a contratação dos serviços de vigilância deverá ser realizada através da prestação de serviços com fornecimento de mão de obra exclusiva, com pagamentos mensais à contratada por posto, que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a prestação dos serviços, na seguinte escala de trabalho:

- 02 (dois) postos na escala de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (quatro) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- 02 (dois) postos na escala de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 4 (quatro) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

- 01 posto na escala de 44 horas diurnas semanais de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante.

14.3. A contratação de 01 posto de trabalho 12x36h DIURNO não é suficiente para cobrir todo o horário de expediente da ANM (das 07h às 22h), que demanda um serviço de vigilância para um período de 15 horas.

14.4. Há a necessidade de abrir as dependências da agência antes das 07h e fechar após as 22h.

14.5. Para manter a devida proteção do patrimônio se faz necessário a presença de vigilância 24 horas diárias, visando prevenir a possíveis arrombamentos furtos, assaltos, danos e invasões, bem como proteção das viaturas a disposição dessa unidade da ANM.

14.6. É necessário o serviço de vigilância nos finais de semana para receber as equipes de fiscalização que retornam com as viaturas do campo aos sábados, assim como as que necessitam iniciar o deslocamento no domingo.

14.7. A ANM/SEDE está funcionando atualmente em dois prédios distintos, necessitando de dois postos de 24 horas, um em cada local.

14.8. O prédio sito a SAN Quadra 1, Bloco B, possui duas entradas que são utilizadas durante o dia, de segunda a sexta feira.

14.9. A solução se apresenta como a mais viável e econômica para que se mantenha a segurança, a ordem e a preservação do patrimônio público de maneira contínua, visto não haver profissionais na ANM para executar tais tarefas, e que os cargos relativos às categorias funcionais correlatas a este tipo de serviço foram extintos do serviço público federal.

## 15. MÉTODO UTILIZADO PARA A ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SER CONTRATADAS

15.1. O quantitativo de postos a ser contratado é o mínimo possível, tendo como referência as necessidades do serviço, características das instalações, aliado a disponibilidade orçamentária do órgão, sendo:

### 15.1.1. Edifício CNC 3 :

15.1.1.1. 1 (um) posto de serviço 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas e

15.1.1.2. 1 (um) posto de serviço 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

### 15.1.2. Prédio SAN Quadra 1, Bloco B :

15.1.2.1. 1 (um) posto de serviço 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas e

15.1.2.2. 1 (um) posto de serviço 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

15.1.2.3. 1 (um) posto de serviço 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta, envolvendo 1 (um) vigilante,

15.1.2.4. Resumo:

GRUPO	ITEM	CBO	CATSER	DESCRIÇÃO	HORÁRIO	QT POSTOS
				Vigilância armada diurna 12(doze) horas, de		

1	1	5173-30	23647	segunda a domingo (ininterrupta), envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	7h00 às 19h00	2
1	2	5173-30	23957	Vigilância armada noturna 12 (doze) horas, de segunda a domingo (ininterrupta), envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	19h00 às 7h00	2
1	3	5173-30	23507	Vigilância armada diurna, 44 horas semanais de segunda a sexta-feira.	8h00 às 18h00	1

**Observação :** Considerando a proximidade dos edifícios os postos poderão prestar os serviços em qualquer um dos endereços, ficando a critério da ANM esta definição.

## 16. MÉTODO UTILIZADO PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS OU MEIO DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. Conforme disciplina o subitem 2.9, Anexo V, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, abaixo transcrito:

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados; (Anexo V, item 2.8, IN SEGES/MPDG nº 05/2017) - *Grifou-se*

16.2. A estimativa de preços da presente contratação tomou como base os custos da mão de obra estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional envolvida, (Doc. SEI nº 1383660), o custo da tarifa de transporte municipal, estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), insumos, tributos e lucro, mediante o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, documentos SEI nº 1436736, 1436769 e 1436776.

16.3. Foram considerados:

1. O Cadernos de Logística de vigilância disponibilizado no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);
2. O Caderno Técnico de vigilância (2019) do Distrito Federal, disponibilizado no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), Doc. SEI nº 1388764;

16.4. Para cálculo dos custos dos insumos (uniforme) foi empreendida pesquisa mercadológica (Doc. SEI nº 1442128), cujo resultado foi lançado no item correspondente das mencionadas planilhas.

## 17. ELEMENTOS QUE DEVEM SER PRODUZIDOS/CONTRATADOS/EXECUTADOS PARA QUE A CONTRATAÇÃO PRODUZA OS RESULTADOS PRETENDIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO

17.1. Capacitação de servidores para atuar como fiscal de contrato de serviços terceirizados com alocação exclusiva de mão de obra, seguindo a metodologia trazida pela IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

## 18. MÉTODO UTILIZADO PARA AVALIAR SE O OBJETO É DIVISÍVEL E JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A contratação é composta por 3 (três) itens, que para não haver prejuízo para o conjunto

da solução ou perda de economia de escala, devem ser agrupados em **lote único**, visto que tal procedimento não restringe a participação de licitantes.

O agrupamento dos itens em lote único evita a perda de economia de escala, a medida que os serviços pretendidos são de baixa complexidade técnica e que podem ser prestados por empresas registradas e fiscalizadas por um único conselho regional, dado que atuam no mesmo ramo de negócio, ou seja, administração de mão de obra.

A contratação dos serviços por itens não implicará em ampliação da competitividade, e em consequência, em maiores ganhos econômicos, visto que, na prática, as mesmas empresas competirão em todos os itens da licitação.

Conforme relatório do grupo de estudos de contratação e gestão de contratos terceirizados de serviços continuados na administração pública federal<sup>[1]</sup>, quanto maior o objeto desse tipo de contrato, menores serão os custos fixos por posto de trabalho, ao passo que, a simples divisão desses serviços implicará apenas em aumento de despesas para a administração, seja para contratá-los, seja para geri-los.

Portanto, sob o ponto de vista técnico e econômico, os serviços não devem ser parcelados por itens, visto que, agrupando-os é esperado uma redução dos preços ofertados, consoante o Acórdão TCU 1214/2013-Plenário.

<sup>[1]</sup> Relatório apresentado pelo Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal, formado por servidores do Tribunal de Contas da União - TCU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, com o objetivo de formular proposta de melhoria na contratação, gestão e término (rescisão ou fim de vigência) dos contratos de terceirização de serviços.

## **19. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

19.1. Como resultado da contratação a pretensão é dotar as instalações da ANM SEDE de adequada e eficiente segurança física e patrimonial a fim de garantir a segurança física dos servidores, estagiários e prestadores de serviços, bem como para preservar o patrimônio público, contribuindo no apoio ao desempenho de suas atribuições regimentais e institucionais.

19.2. Considerando a perspectiva financeira, a presente contratação representa o aperfeiçoamento da gestão com a contratação de serviços de apoio essencial a garantia do seu funcionamento.

## **20. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA QUE A CONTRATAÇÃO SURTA SEUS EFEITOS**

20.1. Capacitação de servidores para atuar no acompanhamento e fiscalização do contrato.

20.2. Mobiliário para uso dos vigilantes e para guarda dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços.

20.3. Banheiro e local de vestuário e guarda dos pertences da mão de obra envolvida.

## **21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

21.1. Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, identifica-se a viabilidade da presente contratação.

## **22. ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - DIGITAL**

Elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, conforme Ordem de Serviço OS nº 296/2020, documento SEI nº 1377079.

Ednaldo Soares Leite Rodrigues (Integrante Técnico)

José Maduro Toledo Júnior (Integrante Técnico)

Antenor Puia Filho (Integrante Técnico)

ANM/SEDE



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 04/09/2020, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Maduro Toledo Junior, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 04/09/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antenor Puia Filho, Analista Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 04/09/2020, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **1383660** e o código CRC **9F1E621B**.